# COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS

O CIM-AMFRI com o objetivo de atender demanda solicitada pelos municípios consorciados, vem pelo presente comunicar aos interessados que está recebendo Chamamento Público para o **Credenciamento** de pessoas jurídicas, entidades, instituições de acolhimento e residências inclusivas localizadas nos municípios que compõem a Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI) para acolhimento institucional de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, de ambos os sexos, incluindo possível grupo de irmãos, com ou sem deficiência, afastadas do convívio familiar, em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, idoso em instituição de longa permanência para idosos – ILPI, mulheres vítimas de violência doméstica e de adultos em proteção social especial de alta complexidade (situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, vítimas de violência física e psicológica, abuso sexual, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação trabalho infantil, entre outras) afim de atender a demanda dos Municípios do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí, conforme especificações da planilha abaixo:

**LOTE 1**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ITEM | QTD | UN | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL  MENSAL |
| 1 | 50 | MÊS | Serviço de acolhimento de idosos, em instituição de longa permanência (ILPI) – Acolhimento de idosos - grau de dependência I |  |  |
| 2 | 50 | MÊS | Serviço de acolhimento de idosos, em instituição de longa permanência (ILPI) – Acolhimento de idosos - grau de dependência II |  |  |
| 3 | 50 | MÊS | Serviço de acolhimento de idosos, em instituição de longa permanência (ILPI) – Acolhimento de idosos - grau de dependência III |  |  |

**LOTE 2**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ITEM | QTD | UN | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1 | 50 | MÊS | Criança e adolescente com deficiência |  |  |
| 2 | 100 | MÊS | Criança e adolescente sem deficiência |  |  |

**LOTE 3**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ITEM | QTD | UN | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1 | 100 | MÊS | Mulher vítima de violência doméstica e dependentes |  |  |

**LOTE 4**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ITEM | QTD | UN | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1 | 150 | MÊS | Pessoas em situação de rua |  |  |

Este conteúdo programático aborda tanto a valorização da identidade cultural local quanto aspectos práticos relacionados à produção e comercialização de artesanato. Isso deverá proporcionar uma formação abrangente e enriquecedora para os participantes, contribuindo para o fortalecimento da cultura local e o desenvolvimento econômico da região. É importante que a metodologia proposta seja dinâmica e inovadora, para envolver os artesãos inscritos.

O prazo da execução dos serviços será de 12 (doze) meses. Os serviços serão prestados na forma do termo de referência a seguir.

As propostas deverão ser encaminhadas para o e-mail: [compras@cim-amfri.sc.gov.br](mailto:compras@cim-amfri.sc.gov.br) , até o dia 19/06/2024, de acordo com modelo apresentado no **ANEXO I.**

# Itajaí, 12 de junho de 2024.

CORDEIRO DA

Assinado digitalmente por JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA:13037367725

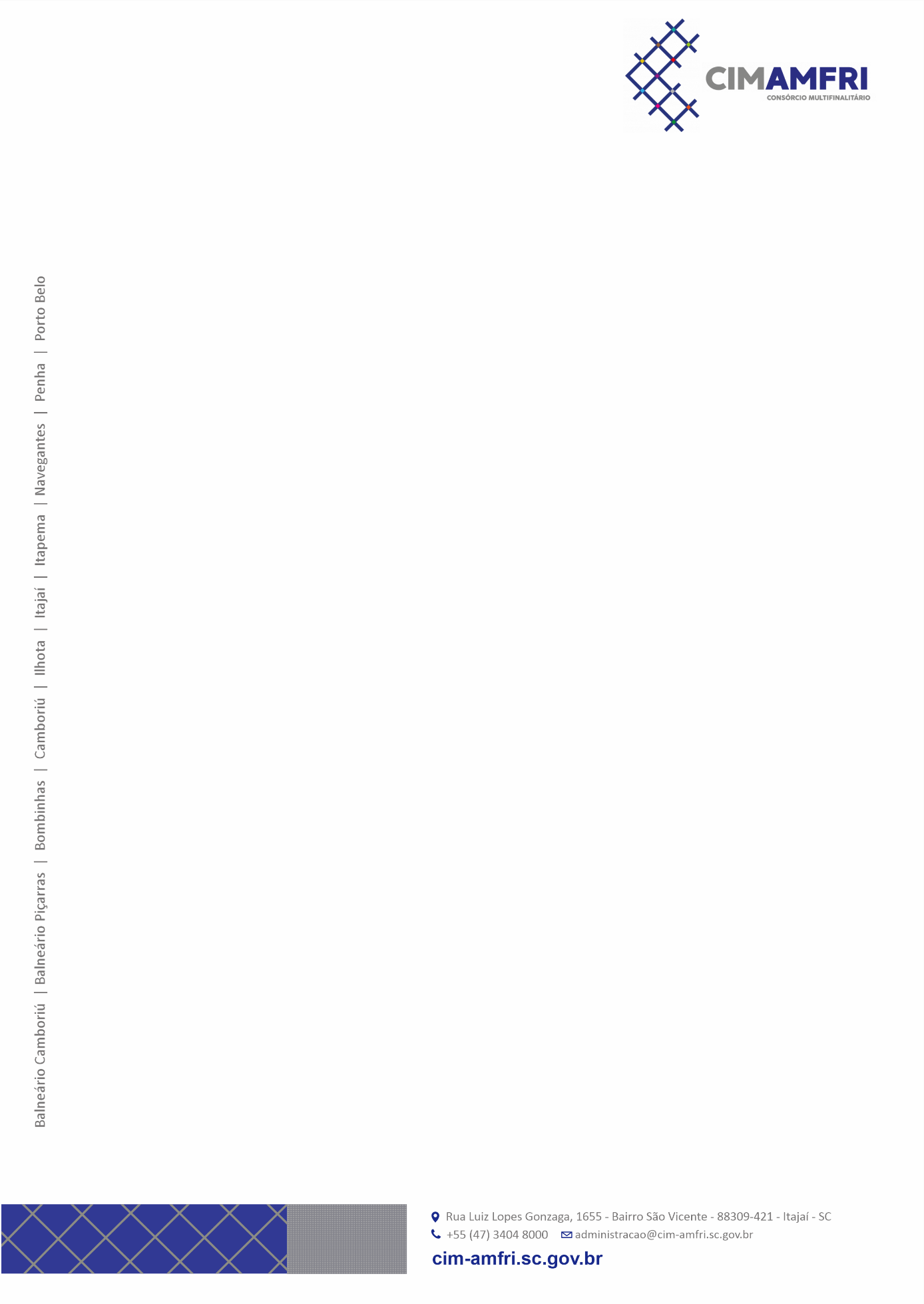
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e- CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=

JAYLON JANDER

20613496000186, OU=videoconferencia, CN

SILVA:130373677

=JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA:13037367725



Razão: Eu sou o autor deste documento

25

Localização:

Data: 2024.05.08 10:45:24-03'00'

Foxit PDF Reader Versão: 12.1.1

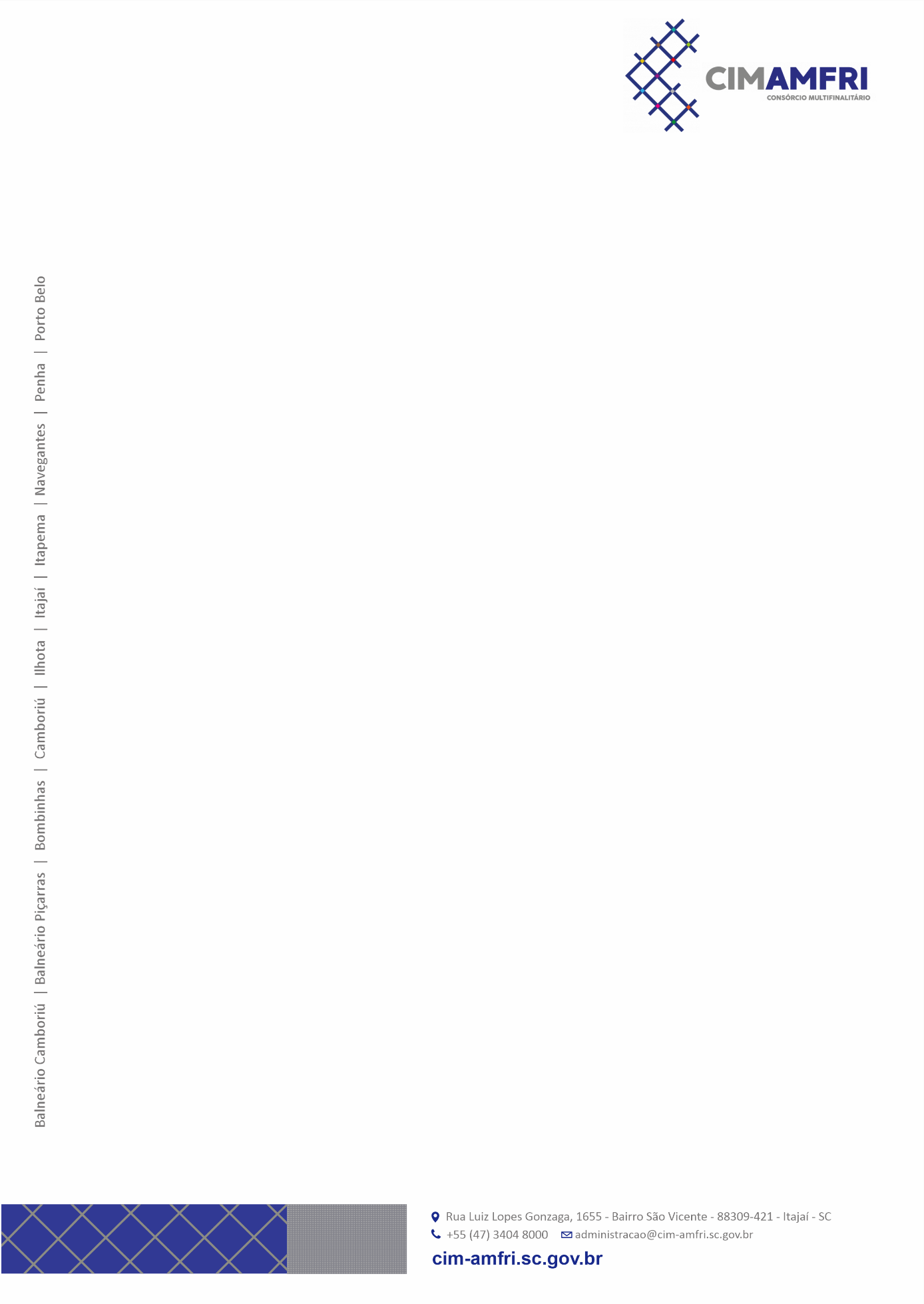
# JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Diretor Executivo CIM-AMFRI

# ANEXO I COTAÇÃO DE PREÇOS

|  |  |
| --- | --- |
| **Razão social:** |  |
| **CNPJ:** |  |
| **Contato:** |  |
| **Telefone:** |  |
| **Email:** |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Conteúdo programático dos Lotes 1, 2 e 3** | **Item** | **Descrição** | | **Valor da proposta** |
| **Lote** | **Carga**  **horária** | **Vagas** |  |
| **Módulo 1: Reconhecimento da Identidade Cultural Municipal**   * 1. Apresentação da história e tradição do município (exige-se como requisito a contratação de palestrante do município, para este conteúdo).   2. Identificação de símbolos, tradições e valores culturais.   3. Discussão sobre a importância da identidade cultural na produção artesanal e salvaguarda da identidade cultural local.   **Módulo 2: Aplicação da Identidade Cultural na Produção Artesanal**   * 1. Exploração das influências culturais na produção artesanal local.   2. Demonstração de como incorporar elementos identitários na criação de peças artesanais.   3. Exemplos de produtos artesanais que representam a identidade cultural do município.   2.4 Análise e discussão acerca a produção do artesanato local.  **Módulo 3: Questões Técnicas no Artesanato**   * 1. Introdução às principais técnicas artesanais tradicionais e inovadoras.   2. Demonstração prática de técnicas diferenciadas.   3. Discussão sobre a importância do acabamento, apresentação e qualidade no artesanato.   3.4 Uso de materiais sustentáveis e locais na  produção artesanal. | **Lote 1** Formação nos municípios de Balneário Camboriú; Bombinhas; Itajaí e  Navegantes | **8 h** | Até 20 vagas |  |
| De 21 a 40 vagas |  |
| De 41 a 60 vagas |  |
| De 61 a 80 vagas |  |
| De 81 a 100 vagas |  |
| **Lote 2** Formação nos municípios de Camboriú e  Ilhota. | **4 h** | Até 20 vagas |  |
| De 21 a 40 vagas |  |
| De 41 a 60 vagas |  |
| **Lote 3** Formação de forma conjunta para municípios de:   1. Balneário Piçarras e Penha 2. Porto Belo e Itapema | **4 h** | Até 20 vagas |  |
| De 21 a 40 vagas |  |
| De 41 a 60 vagas |  |
| De 61 a 80 vagas |  |



|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Conteúdo programático do Lote 4** | **Item** | **Descrição** | | **Valor da proposta** |
| **Lote** | **Carga**  **horária** | **Vagas** |  |
| **Módulo 4: Empreendedorismo no Artesanato**   * 1. Exploração das oportunidades de negócios no artesanato regional.   2. Noções básicas de gestão de negócios para artesãos.   3. Estratégias de marketing para promover o artesanato regional.   4. Noções básicas de vendas e comércio local.   5. Estratégias de empreendedorismo para artesãos.   6. Visão geral dos regulamentos e requisitos legais para artesãos (formalização, a emissão Carteira Nacional do Artesão, entre outros).   7. Sustentabilidade na produção artesanal.   **Módulo 5: Comércio e Mercado**   * 1. Visão geral da região da AMFRI e suas características culturais.   2. Estratégias para a comercialização de produtos artesanais (incluindo precificação).   3. Exploração de canais de venda, incluindo feiras, lojas online, redes sociais e parcerias   com lojas locais. | **Lote 4** Formação regional realizada em um município-sede da  AMFRI | **4 h** | De 21 a 40 vagas |  |
| De 41 a 60 vagas |  |
| De 61 a 80 vagas |  |
| De 81 a 100  vagas |  |
| De 101 a 120  vagas |  |
| **VALOR TOTAL DA PROPOSTA:** | | | |  |

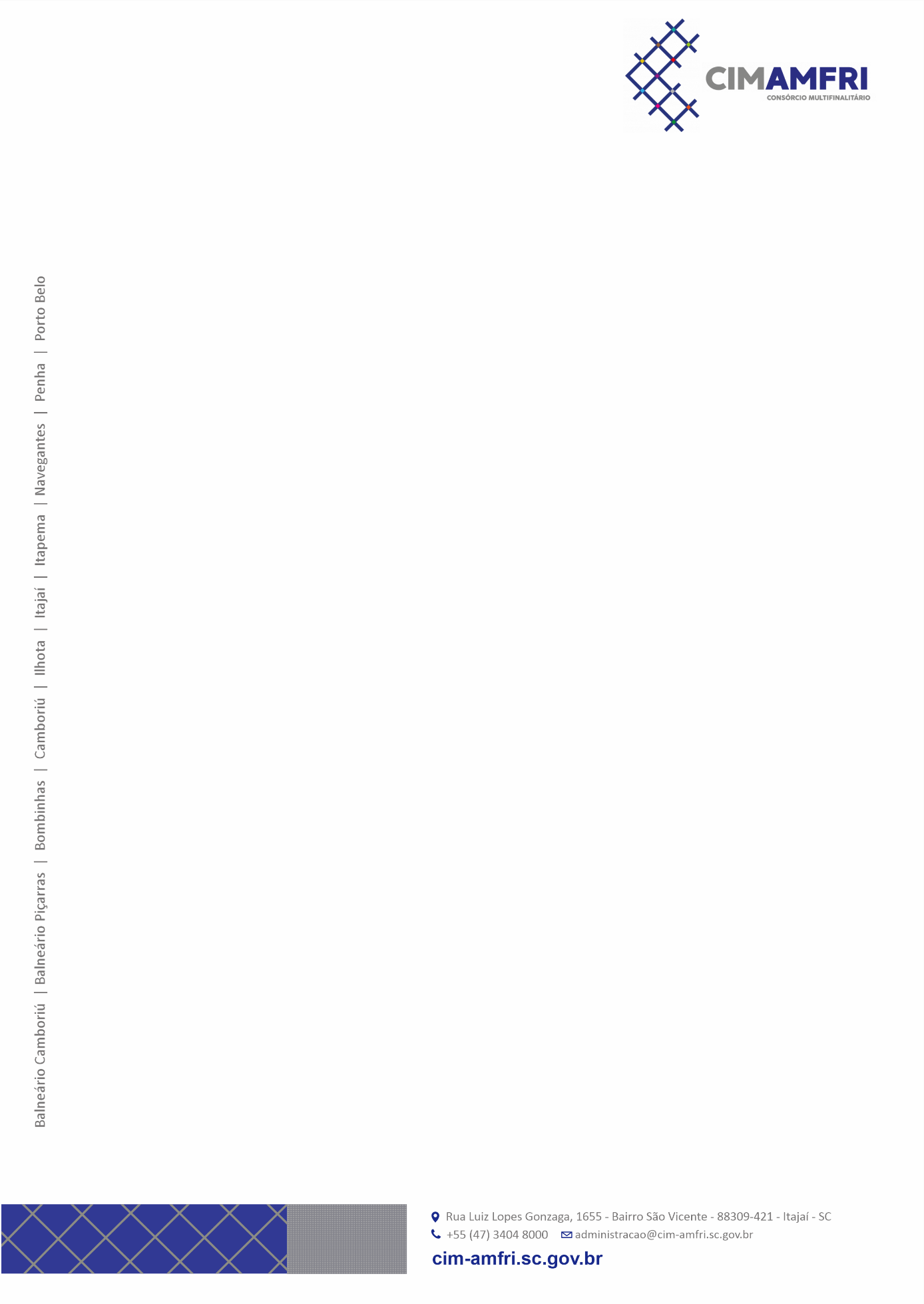
Apresentar comprovação de aptidão técnica similar ao objeto deste certame, através de currículo e/ou portfólio e apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por entidade de direito público ou privado que comprove desempenho anterior em atividades similares as citadas neste Termo de Referência.

Apresentar declaração de disponibilidade de equipe técnica composta por no mínimo:

1. Palestrante do município (ou conjunto de municípios quando aplicável) para atender ao requisito disposto no item 1.1 do Módulo 1 do Conteúdo Programático.
2. Palestrante para tratar sobre os demais itens, exceto 1.1 do Módulo 1, do Conteúdo programático (podendo ser o mesmo para os demais itens)

**Prazo de execução:** 05 (cinco) meses a partir de 17 de junho de 2024.

**Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **OBJETO**

Chamamento Público para o Credenciamento de pessoas jurídicas, entidades, instituições de acolhimento e residências inclusivas localizadas nos municípios que compõem a Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI) para acolhimento institucional de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, de ambos os sexos, incluindo possível grupo de irmãos, com ou sem deficiência, afastadas do convívio familiar, em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, idoso em instituição de longa permanência para idosos – ILPI, mulheres vítimas de violência doméstica e de adultos em proteção social especial de alta complexidade (situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, vítimas de violência física e psicológica, abuso sexual, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação trabalho infantil, entre outras) afim de atender a demanda dos Municípios do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí, conforme especificações da planilha abaixo:

**LOTE 1**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ITEM | QTD | UN | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL  MENSAL |
| 1 | 50 | MÊS | Serviço de acolhimento de idosos, em instituição de longa permanência (ILPI) – Acolhimento de idosos - grau de dependência I |  |  |
| 2 | 50 | MÊS | Serviço de acolhimento de idosos, em instituição de longa permanência (ILPI) – Acolhimento de idosos - grau de dependência II |  |  |
| 3 | 50 | MÊS | Serviço de acolhimento de idosos, em instituição de longa permanência (ILPI) – Acolhimento de idosos - grau de dependência III |  |  |

O valor total para esse lote para o período de 12 (doze) meses será de R$ .............

**LOTE 2**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ITEM | QTD | UN | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1 | 50 | MÊS | Criança e adolescente com deficiência |  |  |
| 2 | 100 | MÊS | Criança e adolescente sem deficiência |  |  |

O valor total para esse lote para o período de 12 (doze) meses será de R$ ...............

**LOTE 3**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ITEM | QTD | UN | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1 | 100 | MÊS | Mulher vítima de violência doméstica e dependentes |  |  |

O valor total para esse lote para o período de 12 (doze) meses será de R$ ..........

**LOTE 4**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ITEM | QTD | UN | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1 | 150 | MÊS | Pessoas em situação de rua |  |  |

O valor total para esse lote para o período de 12 (doze) meses será de R$ ..........

O valor total de todos os lotes para o período de 12 (doze) meses será de R$ ..........

1. **JUSTIFICATIVA**

Nos municípios da Região da AMFRI (Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí), há uma demanda crescente por serviços de acolhimento para idosos, crianças, mulheres vítimas de violência doméstica e pessoas em situação de rua. No entanto, encontrar vagas disponíveis para essas pessoas tem sido uma tarefa extremamente desafiadora devido à escassez de locais de acolhimento na região.

Essa escassez de vagas resulta em situações preocupantes, onde muitas vezes essas pessoas não conseguem acesso aos serviços de proteção e assistência de que necessitam com urgência.

Como resultado, ficam expostas a riscos adicionais de violência, negligência ou abandono.

O credenciamento de locais de acolhimento é uma medida crucial para enfrentar essa situação.

Ao invés de realizar uma licitação para contratar apenas a licitante com a melhor proposta, o credenciamento permite que um maior número de prestadores de serviço se candidatem a oferecer vagas de acolhimento. Isso aumenta significativamente as chances de encontrar soluções imediatas para a falta de vagas e ajuda a atender à demanda crescente por esses serviços na região.

Portanto, o credenciamento de locais de acolhimento na Região da AMFRI é uma medida essencial para enfrentar as dificuldades existentes na oferta de vagas e garantir que as pessoas mais vulneráveis tenham acesso aos serviços de proteção e assistência de que necessitam.

O credenciamento de locais de acolhimento está alinhado com os princípios e compromissos dos direitos humanos, garantindo o direito à vida, à dignidade, à integridade e à proteção contra todas as formas de violência, abuso e abandono.

O Estado tem o dever de garantir a proteção e o bem-estar de seus cidadãos mais vulneráveis, incluindo idosos, crianças, mulheres vítimas de violência doméstica e adultos em situação de rua. Credenciar locais de acolhimento é uma forma eficaz de cumprir essa responsabilidade e garantir o acesso a serviços adequados e de qualidade.

O acesso a locais de acolhimento credenciados permite que essas pessoas recuperem seu senso de autonomia e empoderamento. Ao receber apoio e assistência adequados, elas são capacitadas a tomar decisões que promovam seu próprio bem-estar e independência.

1. **METODOLOGIA**

Essa abordagem de credenciamento paralelo e não excludente traz benefícios significativos para garantir a continuidade e qualidade dos serviços de acolhimento na Região da AMFRI.

Ao permitir que múltiplas credenciadas forneçam serviços de acolhimento, os municípios da região têm a flexibilidade necessária para lidar com flutuações na demanda e emergências inesperadas. Isso significa que, em momentos de maior necessidade, os serviços podem ser ampliados com facilidade, enquanto em períodos de menor demanda, os recursos podem ser realocados de forma eficiente para outras áreas de necessidade.

No entanto, a urgência em atender às necessidades imediatas dos abrigados pode levar à alocação de todas as vagas disponíveis para uma única credenciada, caso esta seja a única disponível no momento da emergência.

Embora essa situação possa resultar na concentração temporária dos serviços em uma única entidade, é importante ressaltar que isso ocorrerá apenas em casos de extrema urgência.

A prioridade será sempre atender às necessidades imediatas dos abrigados, garantindo-lhes um ambiente seguro e protegido, mesmo que isso signifique temporariamente concentrar os serviços em uma única credenciada. Nesses casos não haverá realocação para novas credenciadas, pois busca-se evitar mudanças bruscas e instabilidade em suas vidas, proporcionando um ambiente mais seguro e previsível.

Em resumo, o credenciamento paralelo e não excludente oferece uma abordagem flexível e adaptável para garantir a continuidade, estabilidade e qualidade dos serviços de acolhimento na Região da AMFRI, beneficiando diretamente os abrigados.

As vagas de acolhimento deverão seguir ao regramento abaixo:

Para idosos: Abrigo institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI).

Para crianças e adolescentes: Casa-Lar e/ou Abrigo Institucional.

Para mulheres em situação de violência: Abrigo Institucional e casa de Passagem.

Para adultos e famílias em situação de rua: Casa de Passagem.

Será permitido à CREDENCIADA optar por apenas um dos itens de cada lote.

O número mínimo de vagas ofertadas pela CREDENCIADA será de 05 (cinco).

1. **JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO CREDENCIAMENTO**

A escolha do procedimento auxiliar de Credenciamento se deve ao fato de que não é o caso de licitação, haja vista que os Municípios podem ter demandas que não sejam suportadas com apenas uma licitante se houvesse procedimento licitatório, podendo haver o credenciamento permanente de interessados(as), diante da demanda dos Municípios.

De acordo com artigo 78 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o credenciamento é um procedimento auxiliar, não deixando de ser um processo administrativo, amplamente divulgado, onde qualquer prestador de serviço que se encaixar nas exigências, poderá credenciar sua instituição e desde que regular e posteriormente ser contratado. O objeto deste termo de referência se encaixa no inciso 74, IV, e no art. 79 I e II.

1. **DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

* 1. **DOS IDOSOS**

Vagas de acolhimento para idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, em Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI, nos diversos graus de dependência (I, II e III), conforme o caso.

A Credenciada deverá oferecer: alimentação, vestuário, acolhimento em período integral (diurno e noturno), espaços de referência, higienização, cuidados médicos, incluindo medicamentos, fraldas se necessário, acompanhamento em consulta médica, exames e internação hospitalar, atividades socioeducativas, enquanto perdurar o acolhimento. Promover o desenvolvimento das capacidades adaptativas para a vida diária e promover a convivência entre os residentes;

O serviço deverá ser executado de forma integral e ininterrupta, ou seja, 24 horas por dia, pela Credenciada, na sede em que esta realizar o serviço de acolhimento;

A execução do serviço deverá estar de acordo com as Resoluções no. 109/2009 e Resolução RDC no 283/2005 – ANVISA e demais orientações técnicas e legislações específicas do serviço a ser ofertado.

**Dos Graus de Dependência:**

* 1. Grau de Dependência I - idosos independentes, mesmo que requeiram uso de equipamentos de auto-ajuda;
  2. Grau de Dependência II - idosos com dependência em até três atividades de autocuidado para a vida diária tais como: alimentação, mobilidade, higiene; sem comprometimento cognitivo ou com alteração cognitiva controlada;
  3. Grau de Dependência III - idosos com dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e ou com comprometimento cognitivo.

A Entidade a ser contratada deverá implementar e executar o serviço de acordo e em respeito as normativas e diretrizes que garantem as seguranças afiançáveis pela política da pessoa idosa e voltadas as peculiaridades de cada usuário, ressaltando-se, abaixo, minimamente às orientações a serem seguidas, observados os demais itens constantes deste Termo de Referência.

Poderão ser listadas, descritas e obrigatoriamente justificadas em plano de trabalho as contratações de outras categorias profissionais que se tornem necessárias para a execução do serviço e o alcance das metas, de acordo com a IN 001/2017/SAS, como complementação do RH. A Instituição deverá providenciar substituição para cada funcionário que entrar em gozo de férias e licença.

* 1. **DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

O Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes se dará pelo acolhimento provisório e excepcional de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos 11 meses e 29 dias, sendo ou não grupos de irmãos, de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (conforme artigo 101, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. O serviço deverá ser organizado em consonância com os princípios, diretrizes e orientações do ECA e das demais “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)”.

O atendimento deverá ocorrer em unidade institucional semelhante a uma residência. Nessa unidade é indicado que os educadores/cuidadores trabalhem em turnos fixos diários, a fim de garantir estabilidade no contato com as crianças e adolescentes. Poderá contar com espaço específico para acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber a criança/adolescente, em qualquer horário dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo de diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários.

Conforme as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, todos os esforços devem ser empreendidos para preservar e fortalecer vínculos familiares e comunitários das crianças e dos adolescentes atendidos em serviços de acolhimento. Dessa forma, as ações cotidianas dos serviços de acolhimento devem estar articuladas para a garantia deste direito – as visitas e encontros com as famílias e com as pessoas de referência da comunidade da criança e do adolescente devem ser garantidas por meio do acesso, por transporte público ou privado e horários de visita estabelecidos de forma flexível, destes familiares e pessoas de referência ao local da instituição ou das crianças e dos adolescentes à residência familiar e comunidade. Deve ainda ser garantido pela instituição o acesso de crianças e adolescentes as atividades recreativas, culturais e sociais, bem como em atividades que favoreçam a interação com crianças e adolescentes dos contextos nos quais frequentam, como escola e a comunidade.

Em todas as modalidades de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, o processo de acompanhamento, bem como de desligamento deve ser construído juntamente com o usuário a partir do estudo diagnostico e do plano individual de atendimento pela equipe técnica, conforme previsto nas “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)”. Após o desligamento do serviço se faz necessário o acompanhamento pelo acolhimento institucional de forma efetiva pelo período mínimo de 06 (seis) meses, de acordo com as demandas apresentadas. Deverão ser asseguradas visitas domiciliares durante todo o processo de acompanhamento, desligamento e pós desligamento do usuário.

* 1. **DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

**OBJETIVO GERAL:** Desenvolver e implementar políticas públicas abrangentes e integradas para a prevenção, assistência e acompanhamento de casos de violência doméstica e familiar contra mulheres e seus filhos(as)/dependentes menores de 18 anos, com o propósito de assegurar sua integridade física e mental, bem como promover a superação das situações de violência, respeitando seu direito à autodeterminação. Além disso, visa capacitar as mulheres para fortalecer sua autoestima e tomar decisões autônomas em relação à violência que enfrentam.

**PÚBLICO-ALVO:** Mulheres com 18 anos ou mais em situação de violência, acompanhadas ou não por seus filhos(as)/dependentes menores de 18 anos.

**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**CASAS ABRIGO:**

Oferecem acolhimento temporário de longa duração para mulheres em risco de morte, acompanhadas ou não de seus filhos(as)/dependentes, garantindo sigilo. As usuárias podem permanecer por um período determinado de 90 a 180 dias, recebendo apoio para fortalecimento pessoal e resgate de segurança e autonomia.

**CASAS DE PASSAGEM:**

Provêm acolhimento temporário de curta duração (de 15 a 30 dias), não sigiloso, para mulheres em situação de violência, com ou sem seus filhos, que não estejam em iminente risco de morte.

• Florianópolis o prazo de acolhimento é de 12 meses podendo prorrogar por até 5 anos.

Integra a Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Tem como prerrogativa o atendimento integral que garanta a privacidade, respeitando os costumes, tradições grupo familiar, raça/etnia, identidade de gênero, orientação sexual e religião de mulheres em situação de violência, bem como seus respectivos dependentes.

Consiste em um acolhimento provisório para mulheres, residentes e domiciliadas na região da AMFRI (Balneário Piçarras, Penha, Navegantes, Luiz Alves, Ilhota, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas), acompanhadas ou não de seus dependentes.

* 1. **ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA**

A especificidade desse Serviço está na oferta de atendimento integral, provisório, que garanta condições de estadia, convívio, endereço de referência, para acolher com privacidade pessoas adultas do mesmo sexo, independente de identidade de gênero e orientação sexual ou grupo familiar com ou sem crianças. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.

Poderá ser realizado o credenciamento para vagas femininas, masculinas e mistas nos casos de famílias em situação de rua preservando a unidade e os vínculos familiares nas hipóteses de acolhimento.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009 define População em situação de Rua como o grupo populacional heterogêneo que possuem em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas com espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

1. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO PARA O ACOLHIMENTO DE IDOSOS**

O acolhimento institucional ocorre quando há pessoa idosa em situação de violação de direitos, conforme previsto no Estatuto do Idoso, considerando que no processo de avaliação precede a busca ativa de possíveis cuidadores familiares que possam responsabilizar-se pela pessoa idosa.

Caso não encontrado, considerando que o Município não possui Serviços de Alta Complexidade, tais como Família Acolhedora e/ou Casa Lar, a situação demanda de Proteção Social Especial, na modalidade de Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI).

**6.1 REQUISITOS NECESSÁRIOS**

Desenvolver condições para a independência e o autocuidado;

Promover a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência;

Acolher e garantir proteção integral;

Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;

Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;

Possibilitar a convivência comunitária;

Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;

Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;

Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público;

Incentivar o desenvolvimento do protagonismo e de capacidades para a realização de atividades da vida diária;

Incentivar o desenvolvimento do protagonismo e de capacidades para a realização de atividades da vida diária;

O público a ser atendido é composto por idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência em situação de risco;

O espaço físico deverá ter endereço de referência, condições de repouso, espaço de estar e convívio interno e externo, banheiro para higiene pessoal, espaço para guarda de pertences, lavagem e secagem de roupas, alimentação, com acessibilidade de acordo com as normas da ABNT e garantir vestuário e pertences. (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009);

A Instituição deverá dispor de material permanente e material de consumo necessário para o desenvolvimento do serviço;

A instituição deverá ter em seu quadro de recursos humanos, profissionais de acordo com ao previsto no art. 16 da RDC 502/2021, sendo:

**6.1.1 PARA A COORDENAÇÃO TÉCNICA**:

Responsável Técnico com carga horária mínima de 20 (vinte) horas por semana;

**6.1.2 PARA OS CUIDADOS AOS RESIDENTES**

**a) grau de dependência I:**

1 (um) cuidador para cada 20 (vinte) idosos, ou fração, com carga horária de 8 (oito) horas/dia;

**b) grau de dependência II:**

1 (um) cuidador para cada 10 (dez) idosos, ou fração, por turno; e

**c) grau de dependência III:**

1 (um) cuidador para cada 6 (seis) idosos, ou fração, por turno.

**6.1.3 PARA ATIVIDADES DE LAZER**

1 (um) profissional com formação de nível superior para cada 40 (quarenta) idosos, com carga horária de 12 (doze) horas por semana;

**6.1.4 PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA**

1 (um) profissional para cada 100m2 de área interna ou fração por turno diariamente;

**6.1.5 PARA O SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO**

1 (um) profissional para cada 20 (vinte) idosos, garantindo a cobertura de dois turnos de 8 (oito) horas;

**6.1.6 PARA O SERVIÇO DE LAVANDERIA:**

1 (um) profissional para cada 30 (trinta) idosos, ou fração, diariamente.

**6.2 OUTRAS OBRIGAÇÕES**

A instituição que possuir profissional de saúde vinculado à sua equipe de trabalho, deve exigir registro desse profissional no seu respectivo Conselho de Classe.

A Instituição deve realizar atividades de educação permanente na área de gerontologia, com objetivo de aprimorar tecnicamente os recursos humanos envolvidos na prestação de serviços aos idosos;

Atender a NOB-RH/SUAS e a lei no 8234/91 e Resolução CFN no 380/05.

A instituição deverá disponibilizar alimentação diariamente aos acolhidos, sendo no mínimo quatro alimentações/dia, em exceção aos casos com prescrição médica que podem variar este quantitativo;

A contratada deverá ministrar os medicamentos dos acolhidos conforme prescrição e orientação estabelecidos pelos médicos;

A empresa deverá disponibilizar de profissional que possa realizar a higiene em acolhidos que tiverem necessidades (acamados, debilitados, entre outros);

Disponibilizar profissional e informar sobre a necessidade de acompanhante/cuidador/auxiliar de enfermagem e ou enfermeiro para acompanhar idoso abrigado em situações fora da instituição, como por exemplo: consultas, exames, procedimentos e internamentos entre e outros e se assim for necessário;

A empresa deve funcionar pelo período de 24 (vinte e quatro) horas, ininterruptamente, garantindo o atendimento de qualidade, bem como cumprir as demais normas específicas que se referem aos ambientes, suas medidas e formas de divisão e acessibilidade.

1. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO PARA O ACOLHIMENTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

1. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO PARA O ACOLHIMENTO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

1. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO PARA O ACOLHIMENTO DE ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA**

1. **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO corresponde a todos os graus de modo que, ao se credenciar para este serviço a credenciada se compromete a manter os usuários acolhidos, independente do grau, sendo remunerada de acordo com os valores descritos na tabela do item 1.

Frequência e Periodicidade da execução dos serviços: O serviço será executado de forma integral e ininterrupta, ou seja, 24 horas, pelo prazo de 12 meses.

Não será pago em hipótese alguma “reserva de vaga”.

1. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

Não haverá procedimento de classificação dos credenciados, sendo que todos os fornecedores que se manifestarem e que atenderem as exigências do presente Edital poderão celebrar o Termo de Credenciamento.

O preço constante neste termo de referência e no edital de credenciamento é o valor a ser pago para cada credenciado na hipótese de vaga ocupada.

**11.1 DO SISTEMA DE RODÍZIO**

Havendo mais de uma credenciada por item, a prestação dos serviços ocorrerá em sistema de rodízio por usuário, sendo alternada a credenciada a cada usuário indicado para o serviço descrito no respectivo item.

Havendo internação anterior à formalização deste credenciamento, e a instituição se credenciar, pela questão de vínculo, o acolhido será mantido na instituição, podendo ser realizada a quebra da ordem do credenciamento.

Havendo troca de grau de dependência, caso a instituição tenha se credenciado para os graus mais elevados de dependência, pela questão de vínculo o acolhido será mantido na instituição, poderá ser realizada a quebra da ordem do credenciamento.

Nos casos que envolvam acolhimento de usuários de núcleo familiar, poderá ser realizada a quebra da ordem de credenciamento. Tal quebra dar-se-á por meios do adianto da posição dos próximos ciclos da CREDENCIADA, para o ciclo atual das vagas.

Observação. Entende-se como núcleo familiar pessoas que guardam parentesco até segundo grau [Exemplo: Pai, mãe e filhos (1º grau). Irmãos, avós e netos (2º grau)] e vínculo conjugal.

O rodízio iniciará pela ordem cronológica de credenciamento, sendo a primeira credenciada, a primeira a prestar os serviços e assim sucessivamente.

Havendo mais de uma credenciada na mesma data, para estabelecer a ordem dentro do sistema de rodízio, o primeiro a prestar os serviços será escolhido pela proximidade do Município que requerer a vaga.

As novas credenciadas passarão a integrar o sistema de rodízio como últimos da lista de espera, ainda que as demais credenciadas já tenham prestado serviço alguma vez.

A ordem dos credenciamentos no sistema de rodízio será divulgada mediante publicação.

1. **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

**12.1 PARA OS IDOSOS:**

I. Garantir segurança ao usuário acolhido, ofertando espaço para moradia, endereço de referência, condições de repouso, espaço de estar, convívio e segurança;

II. Construir um plano de atendimento/desenvolvimento do usuário (plano de acordo com as normativas vigentes), que contemple suas demandas e grau de dependência e vislumbre o processo de superação da situação de vulnerabilidade e risco social ora apresentada;

III. Promover o acesso ao usuário aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Municipal de idoso, etc);

IV. Promover o acesso e o referenciamento do usuário, bem como suas famílias, aos serviços, programas e benefícios socioassistenciais, incluindo o Benefício de Prestação Continuada – BPC, quanto for o caso;

V. Garantia de liberdade de crença e religião;

VII. Incentivar o desenvolvimento do protagonismo e de capacidades para a a realização das atividades da vida diária;

VIII. Desenvolver condições para a independência e autocuidado;

IX. Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam suas escolhas com autonomia;

X. Resgatar e possibilitar a convivência comunitária familiar;

XII. Promover a convivência mista entre os usuários de diversos graus de dependência;

XIII. Possibilitar a convivência comunitária, através do acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivencias, desejos e possibilidades do usuário;

XIV. Assegurar o acompanhamento do usuário após o desligamento do serviço, quando houver;

XV. Fornecer a medicação, atendimento médico, todo o acompanhamento necessário, fornecimento de fraldas e demais itens necessários as demandas específicas de cada caso;

XVI. Deve assegurar a convivência com familiares, amigos e pessoas de referência de forma contínua;

XVII. Expedir, sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Poder Judiciário ou Promotoria de Justiça, relatório circunstanciado emitido pela equipe técnica (PIA/Plano de atenção a saúde do idoso);

**12.2 PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES:**

I. Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;

II. Proporcionar ações visando o restabelecimento de vínculos familiares e comunitários;

III. Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;

IV. Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;

V. Possibilitar a convivência comunitária, através do acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivencias, desejos e possibilidades do público atendido;

VI. Preservar vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário;

VII. Desenvolver com as crianças e adolescentes condições para independência e o autocuidado; e,

VIII. Viabilizar a colocação em família substituta, sempre que houver a impossibilidade do restabelecimento e/ou preservação dos vínculos com a família de origem;

**12.3 PARA AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:**

I. Proteger mulheres e prevenir a continuidade de situações de risco e violência;

II. Propiciar condições de segurança física e emocional e o fortalecimento da autoestima;

III. Identificar situações de violência e suas causas e produzir dados para o sistema de vigilância socioassistencial, afim de que possamos definir e elaborar metas;

IV. Possibilitar a construção de projetos pessoais visando a superação da situação de violência e o desenvolvimento de capacidades e oportunidades para o desenvolvimento de autonomia pessoal e social;

V. Promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva;

VI. Preparação da usuária para o desligamento do serviço que é provisório/temporário.

**12.4 PARA OS ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA:**

I. Promover a inclusão dos jovens e adultos com deficiência na vida comunitária e social;

II. Contribuir para a construção progressiva da autonomia, com maior independência e protagonismo no desenvolvimento das atividades da vida diária;

III. Garantir segurança de acolhida aos jovens e adultos, ofertando espaço para moradia, endereço de referência, condições de repouso, espaço de estar e convívio, guarda de pertences, lavagem e secagem de roupa, banho e higiene pessoal, vestuário e pertences, com acessibilidade de acordo com as normas da ABNT;

IV. Construir um Plano Individual de Atendimento - PIA e um Projeto Político Pedagógico - PPP, que contemplem suas demandas e grau de dependência, e vislumbre o processo de superação da situação de vulnerabilidade e risco social apresentada por cada residente;

V. Promover o acesso dos residentes aos serviços, programas e benefícios socioassistenciais, incluindo o Benefício de Prestação Continuada - BPC, quando for o caso;

VII. Promover o acesso e o referenciamento dos residentes às demais políticas públicas setoriais: Saúde, Educação, Habitação, Esporte e Lazer, Cultura e etc.

VIII. Promover o acesso dos residentes aos demais Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos: Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Municipal dos direitos da pessoa com deficiência;

IX. Incentivar o desenvolvimento do protagonismo e de capacidades para a realização de atividades da vida diária;

X. Desenvolver condições para a independência e o autocuidado;

XI. Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os residentes façam escolhas com autonomia;

XII. Contribuir para prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;

XIII. Realizar trabalhos com as famílias biológicas e/ou extensas visando o resgate da convivência comunitária e familiar;

XIV. Promover a convivência mista entre os usuários de diversos graus de dependência;

XV. Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público;

XVI. Assegurar o acompanhamento do residente após o desligamento do serviço, por, no mínimo, seis (6) meses.

1. **FORMAS DE ACESSO**

**13.1 PARA OS IDOSOS:**

O encaminhamento dos usuários para a instituição deverá ser realizado prioritariamente pelo técnico responsável pela gestão da alta complexidade dentro do Município, que realiza a regulação das vagas, depois de esgotados e preenchidos os critérios de atendimento pelo CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

**13.2 PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES:**

Por determinação do Poder Judiciário e por requisição do Conselho Tutelar da região da AMFRI/SC, neste caso a autoridade competente deverá ser comunicada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme previsto no art. 93, do Estatuto da Criança e do Adolescente do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

**13.3 PARA A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:**

Por finalização de acompanhamento pela equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social através do CREAS, por determinação do Ministério Público ou do Poder Judiciário e pela autoridade policial através de medidas protetivas.

**13.4 PARA OS ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA:**

 O encaminhamento dos usuários para a instituição deverá ser realizado prioritariamente pelo técnico responsável pela gestão da alta complexidade dentro do Município, que realiza a regulação das vagas, depois de esgotados e preenchidos os critérios de atendimento pelo CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

**13.5 OUTRAS POLÍTICAS DE ACESSO**

Os municípios têm a liberdade de estabelecer suas próprias políticas de acesso aos serviços de acolhimento por meio de suas Secretarias de Assistência Social. Além disso, o acesso a esses serviços também pode ser realizado por meio de decisões judiciais, as quais podem determinar a necessidade de acolhimento em situações específicas.

**14. IMPACTO SOCIAL ESPERADO**

* Retorno ao convívio familiar;
* Redução do tempo de permanência na instituição;
* Redução da reincidência de situações que justifiquem a aplicação de medida de proteção de acolhimento;
* Rompimento do ciclo de violência doméstica e familiar;
* Redução do número de evasão do serviço;
* Desenvolvimento de capacidades para o autocuidado, construção de projetos de vida e da autonomia;
* Indivíduos e famílias inseridas em serviços socioassistenciais e com acesso às demais políticas públicas setoriais; e,
* Crianças e adolescentes com vínculos comunitários;
* Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência;
* Construção de autonomia;
* Idosos e famílias incluídas em serviços e com acesso a oportunidades;
* Rompimento do ciclo de violência doméstica e familiar;
* Redução da violação dos direitos das mulheres em situação de violência e seus filhos seus agravamentos e reincidência;
* Indivíduos e famílias protegidas;
* Construção da autonomia;
* Indivíduos e famílias incluídas em serviços e com acesso a oportunidades;
* Redução da presença de pessoas em situação de rua e de abandono;
* Indivíduos e famílias protegidas;

**15. AMBIENTES FÍSICOS E RECURSOS MATERIAIS**

**15.1 PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES:**

O serviço deverá ser prestado em imóvel próprio ou locado pela credenciada para esta finalidade, em área residencial e em região de fácil acesso, com no máximo 50 (cinquenta) km de distância dos Municípios da Região do CIM-AMFRI, ou dentro dos Municípios da AMFRI, viabilizando o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do Termo de Credenciamento pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, com a devida eficácia, bem como para que sejam possíveis o acompanhamento do Poder Judiciário da Comarca de cada Município consorciado.

* A distância a ser calculada será determinada através do Google Maps, considerando a distância em linha reta de qualquer cidade da AMFRI até a sede da instituição credenciada.

O espaço físico do Serviço de Acolhimento deverá seguir as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, conforme Resolução Conjunta número 1, de 18 de junho de 2009, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). A Instituição deve funcionar pelo período de 24 (vinte e quatro) horas, ininterruptamente, garantindo o atendimento de qualidade e personalizado.

O local da execução do serviço servirá de endereço de referência, condições de repouso, espaço de estar e convívio, guarda de pertences, lavagem e secagem de roupas, banho, higiene pessoal, vestuário e pertences. Acessibilidade de acordo com as normas ABNT.

Com relação aos materiais, deverá a Instituição possuir materiais permanentes e materiais de consumo necessários ao desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computadores, telefone, camas, colchões, roupas de cama e banho, utensílios para cozinha, alimentos, material de limpeza e higiene, vestuário, materiais pedagógicos, culturais e esportivos, entre outros necessários a perfeita execução do serviço.

**15.2 PARA A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:**

O serviço deverá ser prestado em imóvel próprio ou locado pela credenciada para esta finalidade, com no máximo 100 (cem) km de distância dos Municípios da Região do CIM-AMFRI, ou dentro dos Municípios da AMFRI viabilizando o acompanhamento e fiscalização do contrato com a devida eficácia.

* A distância a ser calculada será determinada através do Google Maps, considerando a distância em linha reta de qualquer cidade da AMFRI até a sede da instituição credenciada.

O local da execução do serviço servirá de endereço de referência, condições de repouso, espaço de estar e convívio, guarda de pertences, lavagem e secagem de roupas, banho, higiene pessoal, vestuário e pertences. Acessibilidade de acordo com as normas ABNT.

O local também deverá contar com uma sala equipada para acomodação da equipe técnica do serviço e com estrutura para o desempenho do trabalho, e uma com espaço e mobiliário suficiente para acomodação da equipe administrativa e coordenação (deve ter área reservada para guarda de prontuários, garantindo segurança e sigilo). A instituição deve funcionar pelo período de 24 horas, ininterruptamente, garantindo o atendimento e qualidade personalizados.

Com relação aos materiais, deverá a Instituição possuir materiais permanentes e materiais de consumo necessários ao desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computadores, telefone, camas, colchões, roupas de cama e banho, utensílios para cozinha, alimentos, material de limpeza e higiene, vestuário, materiais pedagógicos, culturais e esportivos, entre outros necessários a perfeita execução do serviço.

**15.3 PARA OS IDOSOS**

O serviço deverá ser prestado em imóvel próprio ou locado pela instituição para esta finalidade, com no máximo 50 (cinquenta) km de distância dos Municípios da Região do CIM-AMFRI, ou dentro dos Municípios da AMFRI viabilizando o acompanhamento e fiscalização do contrato com a devida eficácia.

* A distância a ser calculada será determinada através do Google Maps, considerando a distância em linha reta de qualquer cidade da AMFRI até a sede da instituição credenciada.

O local da execução do serviço servirá de endereço de referência, condições de repouso, espaço de estar e convívio, guarda de pertences, lavagem e secagem de roupas, banho, higiene pessoal, vestuário e pertences. Acessibilidade de acordo com as normas ABNT.

O local de execução da Instituição deverá contar com construção em alvenaria e oferecer recursos de infraestrutura e instalações físicas em condições de habitabilidade, higiene, segurança, salubridade e garantir a acessibilidade a todas as pessoas com mobilidade reduzida, segundo estabelecido na Lei Federal nº 10.098/2000 e contendo a infraestrutura prevista na Resolução de Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 283/2005, além das exigências estabelecidas em códigos, leis ou normas pertinentes, quer na esfera Federal, Estadual ou Municipal e, normas específicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas referenciadas neste regulamento.

A instituição deve funcionar por um período de 24 horas, ininterruptamente, garantindo o atendimento de qualidade, personalizado e com até quatro idosos por quarto, bem como cumprir as demais normas específicas que se referem aos ambientes, suas medidas e formas de divisão e acessibilidade.

Com relação aos materiais, deverá a Instituição possuir materiais permanentes e materiais de consumo necessários ao desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computadores, telefone, camas, colchões, roupas de cama e banho, utensílios para cozinha, alimentos, material de limpeza e higiene, vestuário, materiais, pedagógicos, culturais e esportivos, entre outros necessários a perfeita execução do serviço.

**15.4 PARA OS ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA**

O serviço deverá ser prestado em imóvel próprio ou locado pela instituição para esta finalidade, com no máximo 100 (cem) km de distância dos Municípios da Região do CIM-AMFRI, ou dentro dos Municípios da AMFRI viabilizando o acompanhamento e fiscalização do contrato com a devida eficácia.

* A distância a ser calculada será determinada através do Google Maps, considerando a distância em linha reta de qualquer cidade da AMFRI até a sede da instituição credenciada.

O espaço físico deve promover um ambiente acolhedor, com estrutura física adequada e Infraestrutura necessária, de forma a atender às diversidades e especificidades existentes e minimizando barreiras que impedem a utilização do espaço e o bem-estar de cada residente.

O ambiente deve possuir infraestrutura que garanta espaços e rotas acessíveis para locomoção em cadeiras de rodas, com bengalas entre os cômodos, inclusive banheiro adaptado e cozinha, ofertando espaço para moradia, endereço de referência, condições de repouso, espaço de estar e convívio, guarda de vestuário e pertences, lavagem e secagem de roupa, banho e higiene pessoal.

A edificação deve ser organizada de forma a atender aos requisitos previstos nas legislações existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

O imóvel deve possuir acessibilidade de acordo com as normas da ABNT, obedecendo os conceitos de acessibilidade, desenho universal, tecnologia assistiva ou ajuda técnica e barreiras, previstos no art. 3º, I, II, III e IV da Lei Federal no 13.146/15.

O imóvel disponibilizado pela credenciada deve estar localizado em área residencial, de fácil acesso da população, que ofereça recursos de infraestrutura e serviços de transporte, não podendo conter placa de identificação.

Deverá conter materiais permanentes e de consumo para o desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computadores, linha telefônica, internet, celular, impressora, scanner, produtos de higiene e limpeza, material de escritório, cartucho/ toner para impressora.

Materiais socioeducativos: pedagógicos, culturais e esportivos, para desenvolvimento de atividades individuais e grupais.

Cabe à credenciada custear, com os recursos repassados, os gastos com locomoção dos residentes, bem como dos técnicos para visitas domiciliares, visitas a parceiros, reuniões e eventos.

A credenciada deverá fornecer aos usuários, no mínimo, 04 refeições diárias (café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar), contendo alimentação saudável e balanceada.

**16**. **TRABALHO SOCIAL ESSENCIAL AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

O Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes deverá garantir: Acolhida/Recepção; escuta; desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; estudo social; apoio à família na sua função protetiva; cuidados pessoais; orientação e encaminhamentos sobre/para rede de serviços locais com resolutividade; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; protocolos; acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; elaboração de relatórios e/ou prontuários; trabalho interdisciplinar; informação, comunicação e defesa de direitos; orientação para acesso à documentação pessoal; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; mobilização para o exercício da cidadania; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos e articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

**16.1**. **EQUIPE PROFISSIONAL EXIGIDA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Profissional/função** | **Escolaridade** | **Quantidade** |
| Coordenador  Carga horária: 40 horas semanais, dedicação exclusiva. | Nível superior e experiência em função congênere | 1 profissional referenciado para até 20 usuários acolhidos em, no máximo, 2 equipamentos. |
| Assistente Social  30 horas semanais | Nível superior | 1 profissional para atendimento de no máximo 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos de alta complexidade; |
| Psicólogo  30 horas semanais | Nível superior | 1 profissional para atendimento de no máximo 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos de alta complexidade; |
| Profissional para desenvolvimento de atividades socioculturais - Carga horária: 30 horas semanais | Nível superior de acordo com as especificidades do planejamento atendendo as normativas vigentes das áreas afins | 1 profissional para atendimento de no máximo 20 usuários acolhidos |
| Cuidador Social – carga horária: 40 horas semanais | Nível médio, atendendo a  Resolução CNAS Nº09/2014. | 1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada quando houver usuário com |
|  |  | demanda específica de saúde. Para tanto, deverá ser adotada a seguinte redação:   1. 1 cuidador social para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; 2. 1 cuidador social para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas; |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Auxiliar do Cuidador Social – 40 horas semanais | Nível médio e qualificação específica. | 1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada quando houver usuário com demanda específica de saúde. Para tanto, deverá ser adotada a seguinte redação:  1 cuidador social para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas;  1 cuidador social para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas; |
| Auxiliar de Limpeza | Ensino fundamental completo | 2 por turno 12x36 (04 auxiliares de limpeza) |
| Cozinheiro | Ensino fundamental completo | 1 por turno 12x36 (02 cozinheiros) |
| Auxiliar de cozinha | Ensino fundamental completo | 1 por turno 12x36 (02 auxiliares de cozinha) |
| Auxiliar de lavanderia | Ensino fundamental completo | 1 profissional com 40 horas semanais |

Para a composição de sua equipe de trabalho, a credenciada deverá cumprir o disposto neste Termo de Referência que é parte integrante do Edital. Os recursos humanos deverão estar compatíveis com o quadro de profissionais capacitados para realizar as atividades, e no caso da equipe técnica, possuir registro em seus respectivos conselhos de classe, atendendo, inclusive ao que dispõe as legislações especificas de cada segmento.

O desligamento e/ou afastamento de profissionais durante a vigência do credenciamento deverá ser informado, imediatamente ao fiscal por meio de ofício. A substituição do profissional deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias.

**17. TRABALHO ESSENCIAL AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO DE IDOSOS**

O Serviço de Acolhimento Institucional para idosos deverá garantir o desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; estudo social; apoio à família na sua função protetiva; cuidados pessoais; orientação e encaminhamentos sobre/para rede de serviços locais com resolutividade; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; protocolos; acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; elaboração de relatórios e/ou prontuários; trabalho interdisciplinar, informação, comunicação e defesa de direitos; orientação para acesso à documentação pessoal; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; mobilização para o exercício da cidadania; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos e articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

**17.1 EQUIPE PROFISSIONAL EXIGIDA PARA O ACOLHIMENTO DE IDOSOS**

Deverá a instituição cumprir o que dispõe a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, tendo a composição mínima para atendimento de 20 usuários, devendo observar as especificidades dos usuários para ampliar a equipe, mantendo sempre a composição completa nos seguintes termos:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Profissional/função** | **Escolaridade** | **Quantidade** |
| Coordenador – Carga horária: 40 horas semanais, dedicação exclusiva | Nível superior ou médio | 1 profissional referenciado para até 20 usuários acolhidos em, no máximo, 2 equipamentos |
| Assistente Social – Carga horária: 30 horas semanais | Nível superior | 1 profissional referenciado para até 20 usuários acolhidos em até 2 equipamentos de alta complexidade |
| Psicólogo – Carga horária: 30 horas semanais | Nível superior | 1 profissional referenciado para até 20 usuários acolhidos em até 2 equipamentos de alta complexidade |
| Profissional para desenvolvimento de atividades socioculturais – Carga horária: 30 horas semanais | Nível superior de acordo com as especificidades do planejamento atendendo as normativas vigentes das áreas afins | 1 profissional para atendimento de no máximo 20 usuários acolhidos |
| Cuidador Social – Carga horária: 40 horas semanais | Nível médio, atendendo a Resolução do CNAS Nº 09/2014, com curso de cuidador de idoso | 1 profissional para até 10 usuários por turno. A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada quando houver usuário com demanda específica de saúde, pessoas soro positivas, pessoa idosa com grau de dependência II ou III, dentre outras. Para tanto deverá ser adotada a seguinte redação:  1 cuidador social para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas;  1 cuidador social para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas especificas |
| Auxiliar do Cuidador Social – Carga Horária: 40 horas semanais | Ensino fundamental completo e qualificação específica | 1 profissional para até 10 usuários por turno. A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada quando houver usuário com demanda específica de saúde, para tanto deverá ser adotada a seguinte redação:  1 cuidador social para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas;  1 cuidador social para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas especificas |
| Auxiliar de Limpeza | Ensino fundamental completo | 2 por turno 12x36 (04 auxiliares de limpeza) |
| Cozinheiro | Ensino fundamental completo | 1 por turno 12x36 (02 cozinheiros) |
| Auxiliar de cozinha | Ensino fundamental completo | 1 por turno 12x36 (02 auxiliares de cozinha) |
| Auxiliar de lavanderia | Ensino fundamental completo | 1 profissional com 40 horas semanais |

Os Recursos Humanos das instituições credenciadas deverão estar compatíveis com o descrito no quadro acima. Os profissionais devem estar capacitados para realizar as atividades e, no caso da equipe técnica, possuir registro em seus respectivos conselhos de classe, atendendo, inclusive ao que dispõe as legislações específicas de cada segmento, o que deverá ser comprovado no ato da habilitação.

**18. TRABALHO ESSENCIAL AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

O serviço de acolhimento institucional para mulheres (e seus dependentes) em situação de violência deverá garantir: acolhida/recepção; escuta; desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; estudo social; apoio à família na sua função protetiva; cuidados pessoais; orientação e encaminhamentos sobre/para rede de serviços locais com resolutividade; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; protocolos; acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; referencia e contrarreferência; elaboração de relatórios e/ou prontuários; trabalho interdisciplinar, informação, comunicação e defesa de direitos; orientação para acesso à documentação pessoal; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; mobilização para o exercício da cidadania; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos e articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; monitoramento e avaliação do serviço; organização do banco de dados e informações sobre o serviço, sobre organizações governamentais e não governamentais.

**18**.**1** **EQUIPE PROFISSIONAL EXIGIDA PARA O ACOLHIMENTO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Deverá a Instituição cumprir o que dispõe a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, devendo observar as especificidades dos usuários par ampliar a equipe, mantendo sempre a composição completa nos seguintes termos:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Profissional/função** | **Escolaridade** | **Quantidade** |
| Coordenador – Carga horária: 40 horas semanais, dedicação exclusiva | Nível superior ou médio | 1 profissional referenciado para até 20 usuários acolhidos em, no máximo, 2 equipamentos |
| Assistente Social – Carga horária: 30 horas semanais | Nível superior | 1 profissional referenciado para até 20 usuários acolhidos em até 2 equipamentos de alta complexidade |
| Psicólogo – Carga horária: 30 horas semanais | Nível superior | 1 profissional referenciado para até 20 usuários acolhidos em até 2 equipamentos de alta complexidade |
| Educador Social – 40 horas semanais | Nível médio, atendendo a Resolução do CNAS nº 09/2014 | 1 profissional para atendimento de no máximo 20 usuários acolhidos |
| Auxiliar de Limpeza | Ensino fundamental completo | 2 por turno 12x36 (04 auxiliares de limpeza) |
| Cozinheiro | Ensino fundamental completo | 1 por turno 12x36 (02 cozinheiros) |
| Auxiliar de cozinha | Ensino fundamental completo | 1 por turno 12x36 (02 auxiliares de cozinha) |
| Auxiliar de lavanderia | Ensino fundamental completo | 1 profissional com 40 horas semanais |

Os Recursos Humanos das instituições credenciadas deverão estar compatíveis com o descrito no quadro acima. Os profissionais devem estar capacitados para realizar as atividades e, no caso da equipe técnica, possuir registro em seus respectivos conselhos de classe, atendendo, inclusive ao que dispõe as legislações específicas de cada segmento, o que deverá ser comprovado no ato da habilitação.

**19**. **TRABALHO ESSENCIAL AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO DE ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA**

**EQUIPE PROFISSIONAL EXIGIDA PARA ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA**

O Serviço de Acolhimento Institucional para adultos em situação de rua deverá garantir o desenvolvimento do convívio grupal e social de pessoas que não disponham de condições de autossustentabilidade ou de retaguarda familiar, com a finalidade de acolher e garantir proteção integral, propiciando a construção progressiva da autonomia e do protagonismo no desenvolvimento das atividades da vida diária, a participação social e comunitária e o fortalecimento dos vínculos familiares com vistas à integração e/ou convivência; estudo social; cuidados pessoais; orientação e encaminhamentos sobre/para rede de serviços locais com resolutividade; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; protocolos; acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; elaboração de relatórios e/ou prontuários; trabalho interdisciplinar, informação, comunicação e defesa de direitos; orientação para acesso à documentação pessoal; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; mobilização para o exercício da cidadania; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos e articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

**19.1 EQUIPE PROFISSIONAL EXIGIDA PARA O ACOLHIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Profissional/função** | **Escolaridade** | **Quantidade** |
| Coordenador – Carga horária: 40 horas semanais, dedicação exclusiva | Nível superior ou médio | 1 profissional referenciado para até 20 usuários acolhidos em, no máximo, 2 equipamentos |
| Assistente Social – Carga horária: 30 horas semanais | Nível superior | 1 profissional referenciado para até 20 usuários acolhidos em até 2 equipamentos de alta complexidade |
| Psicólogo – Carga horária: 30 horas semanais | Nível superior | 1 profissional referenciado para até 20 usuários acolhidos em até 2 equipamentos de alta complexidade |
| Terapeuta Ocupacional ou profissional de nível superior com especialização em psicomotricidade ou pedagogo | Nível superior | 1 profissional referenciado para até 20 usuários acolhidos em até 2 equipamentos de alta complexidade |
| Auxiliar de Limpeza | Ensino fundamental completo | 2 por turno 12x36 (04 auxiliares de limpeza) |
| Cozinheiro | Ensino fundamental completo | 1 por turno 12x36 (02 cozinheiros) |
| Auxiliar de cozinha | Ensino fundamental completo | 1 por turno 12x36 (02 auxiliares de cozinha) |
| Auxiliar de lavanderia | Ensino fundamental completo | 1 profissional com 40 horas semanais |

Os Recursos Humanos das instituições credenciadas deverão estar compatíveis com o descrito no quadro acima. Os profissionais devem estar capacitados para realizar as atividades e, no caso da equipe técnica, possuir registro em seus respectivos conselhos de classe, atendendo, inclusive ao que dispõe as legislações específicas de cada segmento, o que deverá ser comprovado no ato da habilitação.

**18. PRAZO DE VIGÊNCIA E ADITIVOS**

A vigência da parceria dar-se-á pelo prazo de 12 (doze) meses, devendo ser registrada através do instrumento jurídico TERMO DE CREDENCIAMENTO, contados da data de sua assinatura, quando se dará o início da prestação do serviço, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/ 2021 no decorrer da vigência do CREDENCIAMENTO.

**19. FUNCIONAMENTO:**

Ininterrupto, 24 horas por dia, nos 7 dias da semana.

**20. PROVISÕES INSTITUCIONAIS, FÍSICAS E MATERIAIS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:**

20.1 Ambiente Físico: espaço para moradia, endereço de referência, condições de repouso, espaço de estar e convívio, guarda de pertences, lavagem e secagem de roupas, banho e higiene pessoal, vestuário e pertences. Respeito às normas de acessibilidade de acordo com a ABNT e aos critérios sanitários, de acordo com a ANVISA.

As unidades deverão contar com espaços adequados para acomodar mobiliário, objetos pessoais, arquivos e registros, garantindo o controle de pragas anual e sempre que necessário, por meio da contratação de serviços de dedetização, desinsetização e desratização.

20.2 Recursos Materiais: nesse item deverá ser previsto valor para pagamentos de: materiais para oficinas, escritório, informática, EPI, utensílios de cozinha, higiene e limpeza e alimentação.

20.3. Recursos Operacionais: planejamento operacional necessário para o desenvolvimento direto e indireto, tais como: contratação de serviços de terceiros; serviços de abastecimento de energia elétrica, água e gás; internet, telefone, serviços de manutenção predial e dedetização; serviço contábil e jurídico; serviço de manutenção para computadores e/ou equipamentos de informática; desinsetização ou desratização; desenvolvimento de capacitações ou supervisões, entre outros.

20.4. Alimentação: oferta de café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar, de acordo com as atividades e considerando as orientações do Protocolo de uso do Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde, além das Portarias e Notas Técnicas publicadas pela Coordenadoria de Segurança Alimentar da SMADS.

**21. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

A credenciada deverá apresentar os seguintes documentos:

21.1 Alvará de localização e funcionamento regular emitido pelo departamento competente;

21.2 Documentos exigidos no edital de credenciamento;

21.3 Identificação do profissional responsável técnico de nível superior, informando nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional;

21.4 Comprovar registro nos Conselhos Municipais específicos (Conselho do Idoso, Conselho da Pessoa com Deficiência, Conselho Municipal de Assistência Social);

21.5 Informar, no ato de suas habilitações, a quantidade de vagas que estão disponibilizando a contratante;

21.6 Comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestados expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado;

21.7 Apresentar atestados que façam a menção a quantitativos e exigências relativo ao ambiente físico, recursos materiais e quadro de recursos humanos exigidos disposto neste termo, e também os profissionais excedentes, como forma de ser analisado sua capacidade técnica e operacional, principalmente para acolher internos com problema de saúde;

Qualificação da Equipe Técnica deverá ser comprovada através de:

21.8 Prova de vínculo com a empresa requerente através de cópia da carteira de trabalho e previdência social – CTPS (páginas da identificação profissional e do contrato de trabalho), ou; contrato de prestação de serviços firmado com a proponente devidamente autenticado em caso de cópia, ou; caso o profissional seja proprietário/sócio da licitante, tal comprovação será desnecessária visto que já é feita através do ato constitutivo.

21.9 Comprovante de inscrição no órgão competente de cada categoria profissional dos profissionais do quadro técnico de nível superior;

21.10 No caso dos profissionais de ensino médio/curso técnico, deverão apresentar Certificado de Formação do curso técnico devidamente registrado.

**23. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

23.1 O serviço de Acolhimento deverá ser executado no município sede da credenciada, dentro do raio definido para cada lote, considerando os princípios básicos da Tipificação Nacional da Assistência Social (Resolução nº 109/2009 do CNAS) e demais legislações inerentes ao objeto.

23.2 Tal exigência será demonstrada por meio de alvará de localização.

23.3 O estabelecimento deverá atender as qualificações de espaço e ambiente para facilitar a acessibilidade dos usuários ao imóvel, contendo: quartos, sala de estar, ambiente para refeições, banheiros adaptados, cozinha, área de serviço e área externa. Ambiente acolhedor e espaços reservados para manutenção da privacidade dos idosos e guarda de pertences pessoais de forma individualizada. O imóvel deverá estar adequado conforme as normas de acessibilidade vigentes.

23.4 A credenciada será responsável por eventuais danos havidos nos serviços, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

23.5 Os serviços que forem recusados deverão ser substituídos ou corrigidos no prazo máximo de 02 dias úteis, contados da data de notificação apresentada à credenciada, sem qualquer ônus para a contratante.

23.6 O objeto do contrato será recebido: a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais; b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

23.7 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

23.8 Não será admitida a subcontratação, devendo permanecer a responsabilidade integral da credenciada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação de todas as atividades, bem como responder perante o município pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto desta contratação.

**24. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

24.1 A execução dos serviços ocorrerá por meio de ocupação de vagas, exclusivamente, encaminhadas formalmente e com prévio contato pela Gestão do Município, através de servidor designado para o exercício da função e que tem atribuição de manter o controle de ocupação das vagas e os critérios para os seus encaminhamentos a partir de relatório técnico de acompanhamento pela equipe do CREAS;

24.2 As vagas serão ocupadas de acordo com a necessidade e conforme demanda apresentada;

24.3 A solução se mostra a mais adequada, vantajosa e econômica à municipalidade, isso porque, os Municípios não possuem a quantidade de vagas em local adequado, tampouco equipe técnica necessária para manter por si próprio o serviço de acolhimento.

24.4 A prestação do serviço não poderá ser terceirizada.

**25. APRESENTAÇÃO DOCUMENTOS**

A documentação de habilitação das credenciadas deverá ser apresentada nos termos definidos no Edital do Chamamento Público.

**26. DA FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento de qualquer parcela será efetuado mediante 30 (trinta) dias de serviços prestados.

**27. FISCALIZAÇÃO**

Será realizada pelas Secretarias Municipais de Assistência Social dos municípios da AMFRI, sendo cada uma responsável pela sua vaga utilizada.

**28. SANÇÕES**

A ocorrência de irregularidade, que implique no descumprimento de cláusula do Termo de Credenciamento, poderá acarretar a imediata suspensão do repasse de recurso financeiro, bem como a rescisão do credenciamento, independentemente da adoção de outras medidas cabíveis;

**29. RESCISÃO DO CREDENCIAMENTO**

O presente Termo de Credenciamento, poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados na IN nº 001/2017 e Lei Federal - nº 14.133/2021.

**30.** **DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**

a) Efetuar os pagamentos;

b) supervisionar a execução de atividade;

c) fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução dos serviços objetos do Termo de Credenciamento;

d) publicar o extrato da minuta do Termo de Credenciamento;

e) equipe fiscalizadora informar hierárquico a existência de fatos que comprometem ou possam comprometer asa atividades e de inícios de irregularidades, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar o problema;

f)  efetuar visitas bimestral ou trimestral;

g) a fiscalização será feita pelas SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS que solicitarem as vagas, através de Fiscal designado e equipe afins.

**31. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

À CREDENCIADA compete:

31.1 A execução dos serviços objeto do credenciamento;

31.2 Assumir pagamentos dos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, inerentes à própria gestão, danos que vier a causar a terceiros, na execução do credenciamento;

31.3 Disponibilizar os meios, condições e documentos necessários para o acompanhamento, supervisão e fiscalização da execução dos serviços;

31.4Prestar bom atendimento aos acolhidos e manter as instalações físicas em boas condições físico-sanitárias;

31.5 Cumprir todas as exigências definidas no Edital do Chamamento Público;

31.6 Acolher a pessoa encaminhada;

31.7 Oferecer ambiente acolhedor e ter estrutura adequada e organizada para atender integralmente a pessoa acolhida, inclusive se estas forem pessoas com deficiência;

31.8 Oferecer atendimento personalizado em pequenos grupos;

31.9 A Credenciada deverá oferecer acolhimento integral e ininterrupto, bem como: alimentação, vestuário, acolhimento noturno, espaços de referência, higienização, cuidados médicos incluindo medicamentos, fraldas se necessário, atividades socioeducativas, enquanto perdurar o acolhimento. Promover o desenvolvimento das capacidades adaptativas para a vida diária e promover a convivência entre os residentes;

31.10 Proporcionar acesso às demais políticas públicas, utilizando os equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local, a fim de possibilitar cuidados médicos, odontológicos e psicológicos, atividades culturais/sociais, oficinas de ensino profissionalizante;

31.11 Zelar pela proteção integral, segurança e a integridade física e emocional do acolhido; 31.12 Favorecer/preservar e/ou restabelecer vínculos familiares de origem e/ou vínculos afetivos do acolhido, salvo determinação judicial em contrário;

31.13 Favorecer/preservar e/ou restabelecer vínculos comunitários;

31.14 Desenvolver habilidades e competências do usuário atendido;

31.15 Deve assegurar a convivência com familiares, amigos e pessoas de referência de forma contínua, bem como o acesso às atividades culturais, educativas, lúdicas e de lazer na comunidade;

31.16 Promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional, respeitando as possibilidades do acolhido;

34.17 Proporcionar acolhimento humanizado, escuta qualificada e encaminhamentos psicossociais que favoreçam a redução de dano da violência/violação sofrida;

34.18 Garantir o direito e o acesso a atividades, segundo as necessidades, interesses e possibilidades do acolhido, com liberdade de crença e religião;

34.19 Contribuir para a construção progressiva da autonomia, com maior independência e protagonismo no desenvolvimento das atividades da vida diária;

34.20 Fazer comunicação imediata sobre qualquer situação que envolva o usuário;

34.21 Solicitar a readequação do grau de dependência da pessoa idosa, quando necessário, por técnicos devidamente habilitados, com apresentação de documentos hábeis e relatório técnico fundamentado, emitido por profissional da área, quando da Contratada, que dependerá de validação da Equipe Técnica da Proteção Social da Assistência Social;

34.22 Somente realizar o desacolhimento da pessoa mediante aval da Equipe da Proteção Social, por meio de parecer técnico, de comum acordo com a equipe de referência da instituição de acolhimento ou poder Judiciário da Comarca que requereu o acolhimento;

34.23 Em caso de falecimento, de forma articulada com a família (se houver) em todas as fases dos procedimentos: providenciar laudo para emissão da certidão de óbito, emissão da certidão de óbito e demais documentos necessários; promover toda a articulação necessária para conservação do corpo até a efetivação do translado, providenciar translado (se houver necessidade de translado); fornecer à Secretaria de Saúde e Promoção Social, cópia da certidão de óbito e solicitar junto a equipe  de referência da Proteção Social do território o benefício Auxílio Funeral (se necessário);

34.24 A Credenciada deverá efetuar o Serviço de Acolhimento, previsto nesse termo de referência no Município de sua sede informada no seu credenciamento;

34.25 A Credenciada ficará obrigada a enviar relatório técnico a cada seis meses o relatório deve constar a qualificação dos usuários, e todas as intervenções realizadas em prol do mesmo, seja pela equipe técnica, seja pelos demais profissionais a disposição deste, conforme orientação da Gestão de Assistência Social; Em relação ao envio da nota fiscal; outrossim, a nota fiscal, deverá conter o número do contrato da Credenciante, período a que se refere o acolhimento de cada usuário correspondente a prestação do serviço discriminado na respectiva nota fiscal, o respectivo grau de dependência; em ambos os casos,  não observada a condicionalidade, sob pena da não realização do pagamento até que tal situação seja regularizada;

34.26 A Credenciada durante o período de vigência do contrato deverá manter alvará sanitário atualizado expedido pelo órgão sanitário competente, de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº. 6.437, de 20 de agosto o de 1977 assim como a inscrição de seu programa junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, em conformidade com o Parágrafo Único, Art. 48 da n° Lei 10.741 de 2003 e manter a contratação de equipe técnica, conforme a NOB / RH;

34.27 Manter registro individualizado e atualizado de cada acolhido;

34.28 Encaminhar imediatamente o acolhido ao serviço de saúde de referência em caso de intercorrência médica ou acidente;

34.29 Providenciar transporte ou serviço de remoção caso seja necessário encaminhar o acolhido para serviço médico de emergência;

34.30 Nomear encarregado responsável pelos serviços, que terá a obrigação de reportar-se ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Credenciante e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas, inclusive quanto à queda de qualidade do serviço credenciado;

34.31 Comunicar a Equipe da Proteção Social toda e qualquer intercorrência que diz respeito às condições de saúde, alterações comportamentais, acidentes, ou qualquer fato de relevância sobre os acolhidos;

34.32 Responsabilizar-se, integralmente, por danos causados aos empregados ou a terceiros, em caso de acidentes, durante a prestação dos serviços a Credenciante;

34.33 Oferecer atendimento adequado às necessidades, atendimento médico, refeições adequadas e condições de higiene e limpeza, conforme determina a legislação sobre o assunto, especialmente a Resolução RDC n° 283/2005 - ANVISA;

34.34 É de responsabilidade integral da credenciada, a utilização de pessoal para execução dos respectivos procedimentos, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para a Credenciante;

34.35 Expedir e armazenar relatório com os dados pessoais do acolhido, laudo médico, atendendo, rigorosamente, as exigências da Resolução RDC n° 283/2005 - ANVISA;

34.36 Organizar e manter atualizados e com fácil acesso os documentos necessários à fiscalização, avaliação e controle social;

34.37 Responsabilizar-se pelo transporte dos acolhidos em veículos e condições adequadas, conforme legislação pertinente;

34.38 Firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa acolhida, devendo haver previsão expressa quanto a retenção de valores de benefícios previdenciários ou assistenciais, nos casos que os acolhidos recebam, destacando o valor residual a ser pago pelo CREDENCIANTE.

34.39 A instituição deve possuir inscrição junto aos Conselhos Municipais nos casos necessários;

31.40 Apresentar a CREDENCIANTE cópia dos contratos firmados com os acolhidos, quando exigidos por legislação;

31.41 Nomear encarregado responsável pelos serviços, que terá a obrigação de reportar-se ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Credenciante e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas, inclusive quanto à queda de qualidade do serviço credenciado;

31.42 Quando do desligamento / transferência dos acolhidos, entregar todos os receituários, medicações, laudos, exames, fotocópia do prontuário e qualquer outro documento relativo as questões de saúde individual de cada usuário (Ex.: área médica, odontológica, nutricional, enfermagem, fisioterápico, de terapia ocupacional, físicos, dentre outros e áreas afins);

31.43 A CREDENCIADA deverá dispor de estrutura física adequada para a realização de todos os serviços estabelecidos neste documento, se por motivos técnicos, devidamente justificados por escrito (e-mail) a CREDENCIADA na sua vez para realização do serviço não puder fazê-lo, a Gestão de Assistência Social. CREDENCIANTE analisará e poderá passar o serviço para a próxima do rodízio, nesses casos a CREDENCIADA que não conseguiu executar o serviço passará para o fim da fila, bem como quem o executou;

31.44 Os prestadores credenciados responderão exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas previdenciários, sociais, fiscais e empresariais resultantes de vínculo empregatício cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CREDENCIANTE;

31.45 Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Credenciamento;

31.46 Cumprir as disposições deste termo de credenciamento, bem como, todas as condições e obrigações dispostas no Termo de Referência;

31.47 A CREDENCIADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução dos serviços, objeto deste Termo, e consequentemente, responde civil e criminalmente, por todos os danos, e prejuízos que, na execução dele, venha direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o CREDENCIANTE ou a terceiros, independentemente da fiscalização pelos Municípios;

31.48 A CREDENCIADA autoriza o CREDENCIANTE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegura a ampla defesa e o contraditório.

**32. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

A AMFRI reserva-se o direito de solicitar novos documentos ou esclarecimentos que atender necessários para proceder ao julgamento deste CHAMAMENTO PÚBLICO decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente par justificar tal conduta e devendo anulá-la por ilegalidade.